

7, 8, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2023

X CONEPE

SOCIEDADE TECNOLÓGICA:
conexões para além da conectividade

ISSN 2525-975X

Fuga da condição de “nem-nem”: estratégias de estudantes universitários

S. Castro-Monteiro¹; R. A. Monteiro²

¹Instituto Federal Fluminense 1; ²Universidade Federal Fluminense2
psimonecastro@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda parte de minha dissertação, defendida em 2022, no programa de Psicologia Social da UFRJ, onde discuti a relação entre estudantes moradores do Alojamento estudantil da mesma universidade, inserido nas políticas de assistência estudantil, na modalidade moradia, e a Universidade. A pesquisa revelou que os discentes lançam mão de estratégias para permanecerem prolongadamente na Universidade, uma vez que encontram, por razões objetivas e subjetivas, dificuldades de concluir os seus cursos. Dentre as razões, a tentativa de fugir da condição de “nem estuda e nem trabalha”. Desta forma, amparam-se no *status* “matrícula ativa”, permitindo-lhes adquirir condições básicas de sobrevivência. Conclui-se que para a democratização da educação, elemento constitutivo da cidadania, é necessária a ampliação de investimento do Estado no financiamento de políticas educacionais para o acesso e permanência, mas também de políticas voltadas para que estes estudantes, em situação de vulnerabilidade econômica e social, se tornem concluintes.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação; Acesso, permanência e saída; Fatalismo e esperança.

1. Introdução

Pretende-se apresentar e discutir resultados de pesquisa realizada para minha dissertação em Psicologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde abordam-se as narrativas de estudantes moradores desta mesma instituição. Na referida pesquisa, buscou-se compreender as relações estabelecidas e construídas entre os estudantes e a assistência estudantil, instância que opera para, em tese, garantir a permanência de discentes.

Localizado na Ilha do Fundão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o Alojamento atende em torno de 500 estudantes oriundos de diversos estados do Brasil, estrangeiros e, inclusive, estudantes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Destaco que a categoria alojado (o estudante morador do Alojamento) é adotada neste trabalho, pois ela é usada pelos próprios estudantes moradores, sendo, portanto, uma categoria êmica.

O “Aló”, como é chamado pelos interlocutores da pesquisa, está inserido nas políticas de assistência estudantil, na modalidade moradia, uma das ações preconizadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este plano firma o compromisso de apoiar a permanência de estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e “atende prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010).

Outra política educacional robusta desenvolvida no país a partir de 2012 foi a instituição de cotas, inicialmente para negros e estudantes oriundos da rede pública, instrumento que viabilizou a ampliação do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A

7, 8, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2023

X CONEPE

SOCIEDADE TECNOLÓGICA:
conexões para além da conectividade

ISSN 2525-975X

implementação das ações afirmativas proporcionou a crescente chegada à Universidade de trabalhadores e seus filhos das camadas populares, muitos ainda são a primeira geração a acessar o 3º Grau. Cabe ressaltar que o “Aló” existe desde 1973 já operando na tentativa de viabilizar a permanência de estudantes.

Entre as narrativas de estudantes participantes da pesquisa, notou-se a construção de estratégias para permanecer prolongadamente na Universidade, e ainda que os estudantes transitam entre o “fatalismo” de Martin-Baró e a “esperança” de Paulo Freire.

2. Materiais e Métodos

2.1. Materiais

Para a realização da pesquisa foram utilizadas entrevistas, realizadas entre outubro de 2018 e abril de 2019, onde as perguntas foram feitas de forma semiestruturada onde os interlocutores responderam individualmente. As questões iniciais giraram em torno da experiência com a moradia estudantil, com a Universidade e com a política de assistência. Além disso, também foi produzido registro em diário de campo, levantamento de material bibliográfico e uso de imagens e material de redes sociais.

2.2. Metodologia

Para a produção da pesquisa, cabe destacar que minha própria experiência de pesquisadora se confundiu e se somou à de alojada, condição que foi parte de minha jornada ao longo da graduação e de boa parte do mestrado. Parto, portanto, de uma pesquisa qualitativa e, atravessada por esta dupla inserção no campo.

3. Resultados e Discussão

A pesquisa revelou que os alojados não se encaixam em um único perfil, ou estereótipo, uma vez que ali são encontrados pais, mães – sendo uma estudante mãe participante da pesquisa –, e uma diversidade de etnias, de cursos, de idades, de orientação sexual e oriundos de regiões diversas do Brasil. Por outro lado, majoritariamente são provenientes das classes populares.

Dos onze participantes, nove estudaram sempre em escola pública, dois tiveram bolsa e estudaram em escolas particulares. Para uns, a UFRJ era a única opção no Rio de Janeiro por causa da existência do Alojamento, para outros, a UFRJ não era a prioridade. Alguns sempre tiveram incentivo da família para estudar, enquanto grande parte deles não tinham incentivo da família.

A pesquisa revelou que ser estudante alojado promove a sensação e a efetivação de um conjunto de garantias materiais e subjetivas, mas para tal é necessária a manutenção da “matrícula ativa”, termo que é abordado aqui como categoria, uma vez que é descrita pelos interlocutores como parte de uma estratégia para a manutenção de vínculos e, portanto, de prolongamento da permanência no “Aló”. Além disso, ser “matrícula ativa” e residente do “Aló” também permite morar, ter um CEP, ou como se diz no universo popular “um lugar para chamar de seu”, ainda que seja uma instalação pública federal. Nesse território, o alojado se

7, 8, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2023

X CONEPE

SOCIEDADE TECNOLÓGICA:
conexões para além da conectividade

ISSN 2525-975X

libera do pagamento de aluguel, energia elétrica, água, internet, alimentação completa, ou seja, são viabilizadas condições materiais de existência em uma cidade com elevado custo de vida.

A estratégia para manter a “matrícula ativa” passa por compreender as regras institucionais que orientam as relações do corpo discente com seus respectivos cursos e produzir manobras para prorrogar a conclusão, ou mesmo quando não é mais possível prorrogar uma graduação, fazer a solicitação de reingresso (mecanismo que permite ao aluno já graduado reingressar em novo curso de graduação sem passar por novo processo seletivo como ENEM). Da mesma forma, fazer o ENEM novamente não é opção descartada quando a intenção é acessar alguma nova e mais disputada formação, como foi possível acompanhar em minha pesquisa ao entrar em um ônibus da UFRJ carregado de estudantes que se deslocavam para mais um certame, e onde um estudante de Ciências Sociais e morador do “Aló”, me informou ser candidato à medicina. Desta forma, o “matrícula ativa” constitui categoria que evita e busca prorrogar a rotulação em outra categoria: o “nem-nem”, aquele jovem que nem trabalha e nem estuda ^[1].

Fugir da condição de “nem-nem” permite a esse estudante alojado fugir também do fatalismo, resistindo e criando mecanismos de seguir lutando e alimentando o sonho da mobilidade. Acessar a educação superior também é uma das estratégias que os jovens periféricos adotam para fugir da rotulação de “envolvimento com o crime” ^[2]. O fatalismo ^[3] é uma condição que existe nas subjetividades das camadas populares e segundo a qual esses grupos estariam condenados a imobilidade social, permanecendo estagnados, como que estivessem cumprindo uma predestinação. O fatalismo que se traduz e se materializa na condição “nem-nem” é como que um fantasma social que assombra corações e mentes de muitos estudantes universitários, não sendo fato restrito aos alojados. No caso destes, em especial, a possibilidade de manter determinadas garantias e direitos enquanto morador do “Aló”, mas a condição de alojado lhe garante acesso a direitos não comuns aos estudantes não-alojados, como os estudantes de república, por exemplo.

Mas se, por um lado, o fatalismo se constitui como uma rota a ser desviada, os estudantes alojados também manifestam esperança. A pesquisa também pôde capturar instâncias e espaços onde se produz a categoria freiriana de “esperançar” ^[4]. Ao observar e analisar movimentos coletivos dos alojados, como assembleias, projetos de agroecologia, ações de promoção da sustentabilidade, trocas e compartilhamento de informações sobre editais e bolsas. Nestes espaços coletivos, percebia-se a contribuição da formação de cada estudante para o coletivo: eram nas assembleias que alojados de cursos como Serviço Social, por exemplo, destacavam aspectos administrativos e institucionais centrais para a conquista ou manutenção de bolsas de assistência. Outro alojado da Geografia era uma liderança importante no movimento de agroecologia dentro do “Aló”. Como esses, outros tantos discentes davam suas contribuições para o coletivo a partir de muito que passaram a conhecer nos bancos da UFRJ.

Esses grupos de estudantes manifestam o exercício da cidadania ao se associarem de forma horizontal e se organizarem em instâncias como essas, pois promovem e praticam o direito civil básico de se associação em torno de seus interesses coletivos e individuais.

4. Conclusões

A pesquisa abordou um público específico, o alojado da UFRJ, que perpassa questões também específicas. No entanto, estratégias para permanecer nas instituições públicas de ensino superior, não se restringem a este perfil. Estudantes não alojados de instituições públicas em vias de se tornar “nem-nem” também acabam por reproduzir essas dinâmicas que lhes garantam status e até mesmo bolsas para justificar e viabilizar a permanência ^[5].

As políticas educacionais de permanência e acesso ao ensino superior têm buscado garantir o direito à educação pública no Brasil. Ainda que com duros cortes de recursos nos governos anteriores, elas permanecem e resistem. No entanto, a inclusão de camadas populares na educação superior pública se dá ainda de forma incompleta, se fazendo necessário uma série de ajustes que garantam a permanência e a formação destes sujeitos ^[6]. Assim, é preciso compreender a necessidade de elaboração de políticas que promovam a possibilidade de conclusão da graduação, como as já existentes para o acesso e a permanência.

No entanto, é preciso reconhecer que há limites institucionais, pois envolvem um conjunto de fatores que não estão ao alcance da política universitária, tais como a melhor distribuição de renda, a redução nas taxas de desigualdade e a própria melhoria da educação básica.

É, portanto, o próprio regime democrático, com todos seus limites e constrangimentos, que permite, a partir da crítica e da mobilização social, a correção de suas instituições e de políticas públicas como as de educação. Na democracia é possível não apenas identificar grandes questões geradoras de desigualdades, como também mitigá-las. Ou seja, mais do que garantir os direitos, também se torna necessário melhorá-los e ampliá-los.

Agradecimentos

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Número do processo: 88882.424727/2019-01

Referências

- [1] CARDOSO, Ao. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68 p. 294-314, 2013 Disponível em: Acesso em: 22 jan.2021.
- [2] MONTEIRO, R; CECCHETTO, F.; MUNIZ, J. A produção da vítima empreendedora de seu resgate social: Juventudes, controles e envolvimento. **Ciencia & Saude Coletiva**. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9QtTqZpWg7gLx9Fs8Fs4YdN/>. Acessado em 10 de setembro de 2023.
- [3] MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**. 1996 2 (1) ,7-27 Disponível em: Acesso em: 13 set. 2019
- [4] FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 38. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2004.
- [5] SILVA, L. O sonho de entrar na universidade e os obstáculos para permanecer: um estudo sobre a mobilidade estudantil e a evasão no curso de Ciências Sociais da UFF/CAMPOS dos Goytacazes. **Trabalho de conclusão de curso**, 2020. Acesso em: 23 jan. 2022.
- [6] CASTRO-MONTEIRO, S. Entre o acesso e a saída, entre o medo e a esperança: o que as narrativas de estudantes moradores do Alojamento Estudantil da UFRJ revelam sobre os seus sonhos e fantasmas. **Dissertação**. (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 157, 2022. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/933949.pdf>. Acessado em 07 de setembro de 2023.